

Orientações para o Projeto Político Pedagógico – PPP

Pensar e construir o Projeto Político-Pedagógico é refletir, numa primeira instância, sobre questões fundamentais que assegurem uma visão de totalidade do processo educativo. Assim, tem-se uma visão da Escola Pública como espaço da democratização do saber e da formação plena do cidadão engajado na sua história e na sociedade na qual está inserido.

Etimologicamente, a palavra Projeto vem do latim *projectu* que significa lançar para diante. Sendo assim, pensar num Projeto Político-Pedagógico é pensar na construção de um documento clarificador da ação educativa que revela a identidade da escola, promovendo a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar, resultante de um compromisso assumido coletivamente.

Ele se inicia como um ideal e caminha, passo a passo, até transformar-se em realidade. É diferente, em sua abrangência, do planejamento pedagógico, pois é um conjunto de diretrizes e princípios que norteiam a elaboração e a execução dos diversos planejamentos produzidos no universo escolar.

O Projeto Político-Pedagógico é fruto da interação entre os objetivos e as prioridades fixados pela coletividade, a qual estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É antes de tudo, um trabalho com o comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, estudantes, seus pais e a comunidade como um todo.

Segundo o pensamento de Ilma Passos, a construção do projeto político-pedagógico da escola é uma etapa de substancial importância no desenvolvimento de uma instituição de ensino que almeja uma educação eficiente e de qualidade. Sua elaboração exige uma profunda reflexão acerca das finalidades da instituição educacional, juntamente com o esclarecimento de seu papel e a correta definição de caminhos, modos operacionais e ações a serem implementadas na educação, pelos envolvidos no processo.

A construção de um projeto político-pedagógico deve partir do pressuposto de que seus autores sejam eles professores, equipe técnica, estudantes, pais ou representantes da comunidade local, interna e externa, possuem diferentes concepções acerca do processo de educação. Deste modo, essa construção precisa decorrer de um processo de profunda reflexão e investigação coletiva com a participação de toda a comunidade escolar.

Neste sentido, a discussão da proposta pedagógica, através da apresentação de questões metodológicas e de conteúdo a ela pertinentes, representa a possibilidade de explicitar o reconhecimento da identidade da escola e de todos quantos dela participam. Entretanto, a

discussão dessas questões, afirma GANDIN (1999), requer o necessário cuidado para que sejam e pareçam reflexões cujo valor estará na possibilidade de criação de novas formas de conceber e organizar a vida cotidiana dentro da comunidade escolar.

Neste sentido, segundo GANDIN (1999), a discussão da dimensão política do PPP demanda a reflexão acerca de questões elementares como a finalidade da educação, a formação dos sujeitos, as áreas de conhecimento e os aspectos metodológicos, entre tantas outras pertinentes a esse momento. Todo esse processo construtivo representa a possibilidade de explicitar o reconhecimento da identidade da escola e de todos quantos dela participam. Entretanto, a discussão dessas questões também requer o necessário cuidado para que sejam reflexões cujo valor estará na possibilidade de criação de novas formas de conceber e organizar a vida cotidiana dentro da comunidade escolar.

Portanto, esperamos que, através das orientações do **roteiro sugerido**, o PPP se torne um instrumento cada vez mais condizente com o pensamento de todos os atores da escola e o trabalho realizado por cada um deles.

1 - SUMÁRIO

Constar o nome de todos os capítulos com seus títulos e subtítulos e número de páginas. A redação dessa parte deve ser feita ao final do processo.

2 - APRESENTAÇÃO

A escola apresenta seu PPP explicitando suas concepções e relata aspectos que julgar importantes no processo de elaboração do documento, incluindo o envolvimento com as famílias, comunidade.

3 – IDENTIFICAÇÃO

A escola apresenta seus dados de identificação: nome; endereço; oferta de ensino; turno(s) de funcionamento; quantitativo de estudantes, de professores, de funcionários, de gestores, de coordenadores.

4 – JUSTIFICATIVA

Por que fazer?

Motivo/razão/problema/necessidade

É a justificativa que contempla o **diagnóstico** e a **análise** da educação cujas informações possibilitam desenvolver políticas planejadas de melhoria da escola pública, enquanto espaço de democratização do saber e da formação do cidadão engajado na sua história.

Deve ficar nítido o **compromisso** da escola com a educação como direito e de qualidade social, com universalização do **acesso**, integração dos esforços para a **permanência** e garantia das **aprendizagens** dos estudantes, por meio da mudança dos paradigmas que vêm orientando a sua organização e funcionamento.

Dados que devem constar na justificativa:

- índices do IDEB;
- resultados de aprovação, reprovação, evasão escolar;
- condições físicas da escola;
- carências de recursos humanos e materiais;
- carência de formação (inicial e continuada) dos professores;
- necessidade de formação dos funcionários;
- causas que justificam situações de violência;
- ausência de participação da comunidade;
- outras situações ...

Com base na análise apresentada, é indispensável propor alternativas para superar as dificuldades e promover a melhoria da política educacional.

5 - VISÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E METAS

- **VISÃO** (percepção, perspectiva, a finalidade que a Escola propõe).
- **MISSÃO** (compromisso assumido pela Escola para garantir educação de qualidade social e das aprendizagens).
- **OBJETIVOS (Para que fazer?)**

Para identificar os resultados esperados com a finalidade de atingir o que se almeja na escola no campo sócio-educacional.

É preciso atentar para a redação dos objetivos, para que eles expressem, com clareza, o que se quer atingir definindo a função social da educação, as ações pretendidas e tendo como base a LDB.

O/s **Objetivo/s da Escola (institucional/is)** de natureza mais ampla envolve/m o que de mais importante precisa ser transformado para que se atinja uma situação ideal. O/s objetivo/s da escola deve/m contemplar a situação que melhor corresponda à necessidade da educação básica que, no PPP, diz respeito à garantia de educação de qualidade social e das aprendizagens enquanto direito do estudante.

Os **Objetivos Educacionais** correspondem às especificidades de cada etapa de ensino ofertada na educação básica. Além dos objetivos já assegurados pela LDB, a Escola poderá acrescentar tantos outros que sejam necessários. É preciso assegurar a coerência do projeto, relacionando os objetivos educacionais acrescentados a cada problema identificado. (Importante que os objetivos sejam adequados à modalidade ofertada).

METAS (quantificações dos objetivos sendo os parâmetros para atendimento dos mesmos).

6 – PRINCÍPIOS EDUCATIVOS

Entende-se por Princípios o conjunto de diretrizes com as quais os agentes educativos devem manter coerência de conduta. Por meio desses Princípios, ancorados nos fundamentos das leis educacionais, a escola convida os educadores a uma crescente compreensão das Diretrizes Educacionais, a fazer uma reflexão sobre sua prática pedagógica e sobre seu agir no mundo. Além desses princípios educativos (gerais), a escola poderá definir outros princípios tais como INCLUSÃO, SUSTENTABILIDADE, DIVERSIDADE, dentre outros a depender da concepção do grupo educativo.

Os princípios sugeridos no roteiro apresentado podem ser substituídos conforme definições do grupo de trabalho responsável pela elaboração do PPP fazendo a escuta da comunidade escolar.

7 - PRESSUPOSTOS EDUCACIONAIS (FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA)

CONCEITOS PRELIMINARES

Pressupostos

Entende-se por pressupostos o conjunto de conteúdos teóricos que explicitam a compreensão de mundo, de sociedade, de educação e de ser humano na sua totalidade. Referem-se, portanto, aos fundamentos norteadores do projeto, ou seja, as concepções, conceitos e princípios que respondem às questões de natureza:

Filosófica

- o que é educação?
- o que é uma instituição escolar?
- que ser humano a comunidade deseja ajudar a formar?
- qual o contexto que a escola está inserida?
- que concepção de homem se tem?
- que valores devem ser definidos na sua formação?
- em que medida a escola contribui para a cidadania?

Epistemológica

- como o estudante aprende? Qual/is teoria/s de aprendizagem sustenta/m a prática pedagógica?
- que teoria do conhecimento sustenta a proposta curricular?
- o que significa construir conhecimento no campo da educação?
- qual a concepção de currículo, de ensino e de aprendizagem e de avaliação?

Didático-Pedagógica

- o que é ensinar?
- quais os melhores caminhos (metodologias) para a aprendizagem do estudante?
- como o processo de ensino e de aprendizagem favorece o estudante na construção do conhecimento?

As ideias, crenças e valores que alicerçam uma visão de homem, de mundo e, conseqüentemente de educação são resultantes das ações desenvolvidas pelos profissionais da escola. Essa visão é concretizada na prática do professor. Daí a necessidade de os profissionais da educação terem a compreensão do que está por detrás da prática, ou seja, **o embasamento teórico**.

Além dos pressupostos educacionais, o PPP precisa estar em consonância com as leis da educação que são os dispositivos legais que embasam as políticas educacionais, traduzindo em princípios éticos, políticos, estéticos e pedagógicos garantindo a unidade da ação educativa nos diversos âmbitos de atuação da escola. Os fundamentos legais alertam para o reconhecimento da identidade pessoal dos sujeitos que convivem no espaço escolar (estudantes, professores e outros profissionais) a identidade de cada escola e do sistema de ensino, tendo como referência, a Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010 e a Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012.

É importante explicitar o ordenamento legal que ampara a Educação das Relações Étnico-raciais, a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos, o Estágio, etc.

8 – ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Descrever como está estruturado o ensino em sintonia com o que apresenta a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 - uma concepção integrada de educação básica nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio de maneira contínua e articulada. Cada uma dessas etapas tem uma função social, uma finalidade educativa delimitada, um trabalho político-pedagógico a ser desenvolvido junto aos estudantes. Essas etapas complementam-se, integram-se com o propósito de contribuir na formação do indivíduo, ou seja, no seu processo de aquisição gradativa e integralizada do saber.

9 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Consiste no detalhamento dos diferentes serviços, com competências específicas, de tal forma que reflita o trabalho da escola de forma articulada e em parceria.

Importante descrever sobre:

- Constituição da Equipe Gestora e Pedagógica – organograma;
- Caracterização (descrever o que é cada serviço expresso no organograma);
- Demonstrativo de pessoal (apresentar um quadro contendo a relação de todos os funcionários, suas funções por categoria).

10 - ESTRUTURA FÍSICA

Apresentar o espaço físico, destacando a funcionalidade dos ambientes relacionados com a fundamentação pedagógica de opção da escola. Não são necessários o detalhamento do ambiente e a descrição do mobiliário.

11 – PROPOSTA CURRICULAR

Traça diretrizes que asseguram a interação entre os processos de conhecimento, linguagem e afetivo, como consequência das relações entre os diferentes grupos de participantes do contexto escolarizado. É indispensável conter um breve texto sobre currículo e a composição curricular, ou seja, como o currículo está estruturado: uma base nacional comum e uma parte diversificada, indicando a concepção das áreas de conhecimento e dos componentes curriculares, definindo as competências, habilidades e conteúdos, articulando as ações do PPP com os projetos estruturantes, da Secretaria Estadual da Educação: AVE, FACE, TAL, EPA, PROVE, ENCANTE, JERP, PROEASE, PME, FANFARRA, Programa Ciência na Escola, GESTAR na Escola, bem como com o Pacto pelo Ensino Médio, pois, buscam a reestruturação dos processos e gestão pedagógica, a diversificação e inovação das práticas curriculares e, como consequência e foco principal, a melhoria das aprendizagens.

A escola deverá conceber e fundamentar, teoricamente, o sistema de avaliação com base em educadores referenciados que possam assegurar princípios essenciais, levando sempre em consideração todo o processo de aprendizagem do estudante, com vistas à sua promoção intelectual, bem como a humana, desenvolvendo sua autoestima, seu poder de crítica, legitimando a igualdade de oportunidades em todos os setores educacionais.

Sabemos que não existem instrumentos específicos de avaliação capazes de detectar a totalidade do desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes. Diante da limitação que cada instrumento de avaliação comporta, faz-se necessário pensar em instrumentos diversos e mais adequados com suas finalidades, para que deem conta, juntos, da complexidade do processo de aprender. Portanto, todas as definições referentes ao sistema de avaliação para a escola devem estar coerentes com as concepções de ensino e de aprendizagem.

12 – PLANO DE ATIVIDADES

- a) Prioridades – considerar os problemas mais urgentes ou mais graves detectados no diagnóstico, em relação a: contexto e características da escola, resultados educacionais e convivência na escola.
- b) Objetivos – definir objetivos gerais e específicos em relação aos problemas definidos quanto a: contexto e características da escola, resultados educacionais e convivência na escola.
- c) Metas – para cada objetivo específico, definir metas, ou seja, desdobramentos dos objetivos que indicam os resultados esperados em termos quantitativos e em determinados prazos.
- d) Previsão e provisão de recursos – definir a necessidade de recursos para o alcance de objetivos e metas.
- e) Avaliação e acompanhamento – definir quais as formas de avaliar e monitorar a implementação das atividades realizadas.

Considerar no momento da elaboração do PPP e do Plano de Atividades orientações sobre:

- ✓ O PDDE interativo - instrumento de planejamento escolar participativo, que vai orientar na definição das ações para o alcance dos principais objetivos da escola, no intuito de melhorar os resultados educacionais. Para maiores informações, consultar site: <http://pdeescola.mec.gov.br>;
- ✓ Estágio do Ensino Médio conforme legislação vigente e orientações da SEC.

13 – IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

- a) Acompanhamento e assistência à execução – prevê o modo pelo qual a equipe de direção da escola deverá acompanhar a execução do PPP, bem como o trabalho dos professores, apoiando-os nas dificuldades que surgirem, provendo os recursos necessários, etc. Poderão ser previstas reuniões periódicas para discussão do andamento do projeto, utilizando-se das reuniões de Atividade Complementar (AC), tendo o acompanhamento da equipe técnica do Projeto de Monitoramento, Acompanhamento, Avaliação e Intervenção Pedagógica (PAIP) como suporte na identificação e definição das intervenções pedagógicas.
- b) Avaliação – Além de avaliar a aprendizagem dos estudantes, é preciso também avaliar o desenvolvimento do PPP. É o momento de descrever como gestores, professores, funcionários de Escola estarão acompanhando e avaliando as ações definidas por todos os profissionais que fazem a Escola acontecer.

O PPP deve ser avaliado, de forma contínua, para permitir o atendimento de situações imprevistas, correção de desvios e ajustes das atividades propostas. Podem ser previstos momentos de avaliação (semestral, anual e bianual), com a participação de toda a comunidade escolar.

14 – REFERÊNCIAS

Item no qual a escola coloca as referências bibliográficas e/ou virtuais que foram utilizadas na construção do Projeto Político-Pedagógico.



Dicas!

Na construção do PPP:

- fazer correção ortográfica geral do texto;
- na edição final utilizar as normas da ABNT (Atual);
- evitar nomes próprios, ano e números que possam ser alterados anualmente;
- não ilustrar com fotos e outros anexos;
- evitar plágios e não fazer cópias de sites da internet, a não ser que sejam mencionados nas referências;

Referências deste roteiro

GANDIN, Danilo e GEMERASCA Maristela P. **Planejamento Participativo na Escola**. O que é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GANDIN, Danilo e GANDIN, Luís A. **Temas para um Projeto Político-Pedagógico**. Petrópolis, 1999.

SANTIAGO, Anna Rosa F. **Projeto político-pedagógico da escola: desafio à organização dos educadores**. In: VEIGA, Ilma P. A. (org.) Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1983.

TENTOR, Sônia Bastos. **Projeto político-pedagógico: pressupostos básicos que devem nortear a estruturação da proposta**. In: Revista do Professor. POA, 16 (62), p. 43-44, abr/jun 2000.

VEIGA, Ilma P. A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995.